



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639983 - SP (2021/0012401-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ANDRE ALVINO PEREIRA SANTOS
ADVOGADO : ANDRE ALVINO PEREIRA SANTOS - SP406694
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CHEIKH SEYE (PRESO)
PACIENTE : IBRAHIMA NDION DIOUF (PRESO)
CORRÉU : KHADIN KHOUMA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CHEIKH SEYE e IBRAHIMA NDION DIOUF em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2265252-34.2020.8.26.0000).

Os pacientes tiveram a prisão em flagrante convertida em preventiva, permanecendo encarcerados durante toda a instrução processual, negado o direito de recorrer em liberdade na sentença condenatória por receptação (5 anos para Cheikh e 5 anos e 10 meses para Ibrahima).

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar, ainda mais porque o regime inicial da pena é o semiaberto e os pacientes são primários e de bons antecedentes.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que os pacientes possam aguardar o fim do processo em liberdade.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, constata-se que não há demonstração de flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois consta do voto do relator (fls. 13/14):

A prisão preventiva foi mantida de forma fundamentada, pontuando a sentença que subsistem os requisitos para a decretação da prisão preventiva - vale dizer, cuida-se de decisão, notadamente se considerado no seu conjunto (foram apreciadas, mercê de cognição exauriente, as condutas e as circunstâncias pessoais dos pacientes) que atende à regra prevista no artigo 93, IX, da Constituição Federal.5. E, de fato, não se divisa antijuridicidade na decisão judicial.

As circunstâncias concretas do caso (os pacientes agindo em concurso e unidade de desígnios, receberam, ocultaram e venderam, em proveito próprio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisas que deveriam saber ser produto de crime, mais especificamente, 25 telefones celulares da marca Apple) traduzem, aparentemente, condutas bastante censuráveis sob a óptica penal, desenhando um cenário a apontar para a necessidade da prisão preventiva visando a garantia da ordem pública.

Ademais, não se mostra razoável desconstituir-se a custódia cautelar por ocasião da sentença condenatória se o réu permaneceu preso durante todo o transcorrer do processo e se subsistentes os motivos que ensejaram a decretação da segregação provisória, vale dizer, se não alterado substancialmente o quadro no qual veio assentada a decretação da prisão preventiva (STF, HC nº 95.685, rel. Min. Ellen Gracie; HC nº 89.824, rel. Min. Carlos Brito; STJ, HC nº 175.538, rel. Min. Marco Aurélio Belizze; HC nº 192.024, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho; HC nº 114.916, rel. Min. Laurita Vaz).

Anote-se que a fixação do regime inicial semiaberto, por si só, não constitui obstáculo à prisão preventiva, desde que o agente seja transferido para estabelecimento prisional adequado ao regime (STJ, HC nº 582.241, rel. Min. Joel Ilan Paciornik; HC nº 573.876, rel. Min. Ribeiro Dantas; AgRg no HC nº 601.081, rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro; RHC nº 34.998, rel. Min. Jorge Mussi; HC nº 221.067, rel. Min. Gilson Dipp; HC nº 220.545, rel. Min. Laurita Vaz).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e que não ficou evidenciada, de plano, a alegada flagrante ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência